



AS INFORMAÇÕES DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O DIREITO À EDUCAÇÃO

INFORMATION FROM THE MEDIA FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS AND THE RIGHT TO EDUCATION

Francisco das Chagas Bezerra Neto¹, Clarice Ribeiro Alves Caiana², Marcos Vicente Marçal³, Cícera Gomes Bezerra⁴, Caetano José de Lima⁵

v. 7/ n. 3 (2019)
Julho / Setembro

Aceito para publicação em
01/07/2019.

¹Graduando em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

²Graduando em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

³Graduando em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

⁴Advogada,, Graduada em Direito, História e Pedagogia.

⁵ Professor Me. do Instituto Federal da Paraíba-IFPB.



<https://www.gvaa.com.br/rev>

X

RESUMO: O direito a educação perpassa o sentido formal, consistindo também em um sentido material, que o presente trabalho aborda na concepção do debate dos direitos humanos buscando democratização nos meios de comunicação em um sentido geral, chegando ao debate quanto à infância e as construções sociais relativas à sexualidade. Assim, parte de uma visão histórica sobre a infância, bem como as construções sociais refletidas nos desenhos e nas produções midiáticas relativas à sexualidade. Para isto, utilizou-se do método dedutivo, tendo como método auxiliar e de pesquisa o bibliográfico, fazendo uma abordagem qualitativa. Concluiu-se que os espaços dedicados às crianças e adolescentes no decorrer da história vieram crescendo, até se torna sujeito de direitos, e no que se refere ao direito à educação através de meios de comunicação, partindo dessa visão hodierna, devesse atender ao anseio de conhecer as diversas realidades, quebrando uma visão conservadora heteronormativa, que cancela toda representatividade, além de reforçar estereótipos, inadmissível na concepção atual de direito à educação na percepção adotada por esse trabalho.

Palavras-chaves: Educação. Direitos Humanos. Infância.

ABSTRACT: The right to education permeates the formal sense, also consisting of a material sense, which the present work addresses in the conception of the human rights debate seeking democratization in the media in a general sense, reaching the debate about childhood and the relative social constructions. to sexuality. Thus, it starts from a historical view about childhood, as well as the social constructions reflected in the drawings and media productions related to sexuality. For this, the deductive method was used, having as bibliographic auxiliary and research method, making a qualitative approach. It was concluded that the spaces dedicated to children and adolescents throughout history have grown, even become the subject of rights, and with regard to the right to education through the media, starting from this view today, should meet the desire to to know the different realities, breaking a conservative heteronormative view that cancels all representativeness, besides reinforcing stereotypes, inadmissible in the current conception of the right to education in the perception adopted by this work.

Keywords: Education. Human rights. Childhood.



1. INTRODUÇÃO

O presente estudo trata sobre a educação sexual da criança e adolescente, no que tange aos programas transmitidos através dos meios de comunicação. A mídia cotidianamente expõe sua ideologia, principalmente por meio dos desenhos infantis, das novelas, dos programas de auditório, dentre outros. Em detrimento de outros grupos sociais.

Em relação a isso, é relevância de tal pesquisa de faz quando observamos os impactos no desenvolvimento das crianças e adolescentes, além da ausência de educação no ambiente familiar em relação a assuntos como a cultura heteronormativa predominante, até por ser um tabu na sociedade.

Com isso, o escopo desse estudo é analisar o direito à educação perpassando do sentido formal, atingindo o sentido material. Aborda-se uma concepção do debate dos direitos humanos buscando a democratização nos meios de comunicação em um sentido geral, chegando ao debate quanto à infância e as construções sociais relativas à sexualidade.

Foi utilizado o método dedutivo, tendo em vista que melhor se adequa a realização dos objetivos específicos, tendo como método auxiliar e de pesquisa o método bibliográfico, para a análise da problemática. Sendo assim, há a exposição doutrinária de conceitos, que foram modificados ou não no decorrer do tempo. Por meio da pesquisa bibliográfica fazendo uma abordagem qualitativa, já que analisou os dados coletados a partir uma visão pedagógica dos direitos humanos.

Primeiramente, abordou-se sobre os meios de comunicação, buscando uma democratização desses, principalmente referente ao sistema televisivo, as emissoras brasileiras e internacionais de modo geral.

Dando sequência, fala-se da compreensão histórica da infância, como se deu a mudança de concepção do que é ser criança ao longo da história e como o “agir tal qual a idade” foi sendo alterado. A televisão e a educação de forma correlacionada no que tange especificamente as construções sociais no desenho animado e nas demais produções midiáticas.

2. DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos consistem nos direitos fundamentais encontrados nos diferentes ordenamentos jurídicos, a sociedade tem a responsabilidade de proteger e atuar na possibilidade efetiva de tais direitos que são inerentes da natureza humana. Entretanto, frente às constantes violações, mostra-se o papel irrenunciável dos mais diversos instrumentos políticos, jurídicos e sociais com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos. Em meio a estes instrumentos, em especial sendo nesse momento tratado está a educação, que, ao declarar a função reflexiva e



ISSN: 2358-2105



questionadora, colabora com a conscientização humana em relação aos direitos que lhes são inerentes.

A educação em direitos humanos torna possível que os homens sejam sujeitos ativos no processo de compreensão, de forma que não aceitem indiferentemente os conteúdos impostos, mas sim se questionem e reflitam amplamente sobre estes a partir da realidade sócio-histórica e cultural em que estão imersos. Assim, deixam de ser meros expectadores e receptores das ações do Estado para se tornarem atores ativos e participativos e, em finalidade, agentes de transformação social.

A realização do direito à educação não pode ser analisada apenas da perspectiva do acesso a vagas. O direito refere-se à educação de qualidade e, este tema envolve múltiplas dimensões, entre elas, o papel da educação escolar na superação de preconceitos e desigualdades, bem como vai além dos muros da escola, e neste momento que se chega a discussão em relação aos meios de comunicação, voltada a necessidade de promoção de meios de comunicação que possam repercutir a realidade de uma forma a não mascarar algumas verdades ocasionada a “agradar” uma dimensão da sociedade.

Nesse sentido, surgem declarações de direitos humanos voltados ao ambiente dos meios de comunicação. Entre essas Declarações, merecem especial ênfase às colocadas na Tabela 1, tanto por sua conexão com a Declaração Universal dos Direitos Humanos como pelas recomendações, onde denuncia-se a atual situação global dos meios de comunicação, nos quais persistem forças que continuam perpetuando e reforçando imagens negativas da mulher, imagens que não representam de forma realista e exata os múltiplos papéis e contribuições de gênero e orientação sexual em um mundo em contínua mudança, destacam-se:

Tabela 1

Declaração de Windhoek, redigida pelos participantes do Seminário organizado na Namíbia, em maio de 1991, e adotada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 26ª Conferência Geral, estabelece os princípios gerais sobre os quais deve basear se a imprensa livre e pluralista que contribua para a realização das aspirações da humanidade.

Declaração de Alma-Atá, nascida no seminário organizado pela UNESCO, em 1992, e adotada por esse organismo internacional em sua 28ª Conferência Geral, de 1995, apresenta, entre outras contribuições, a aposta em melhoria da radiotelevisão a serviço da formação dos cidadãos em questões e problemas universais como a AIDS, as drogas, a deterioração do meio ambiente, a situação da infância e outras.

Declaração de Santiago do Chile, em maio de 1994, adotada pela UNESCO em 1995, em sua 28ª Conferência Geral, reafirma o firme propósito dos jornalistas de que a liberdade de expressão seja a base da democracia, requisito para a paz e para o desenvolvimento dos povos. Em seu plano de ação, devemos destacar entre suas principais contribuições a exigência de "comprometer a leitura de jornais tanto locais como nacionais na escola, servindo-se deles como ferramentas de aprendizagem, com o objetivo de permitir aos jovens a compreensão dos valores de uma imprensa livre e de aprender a exercer sua capacidade de julgamento". E se recomenda introduzir a questão da liberdade de imprensa no currículo do ensino fundamental.

Declaração de Sanaa, adotada pela 29ª Conferência Geral da UNESCO, nascida do seminário realizado em Lâmen, em janeiro de 1996, adere aos princípios da Declaração de Windhoek, reclama o direito à livre expressão para as mulheres e expressa o convencimento de que as novas tecnologias da informação e da comunicação contribuem para instaurar a cooperação, o desenvolvimento, a democracia e a paz duradoura.

Fonte: RAYO, José Tuvilla (2015).

Desde 1959, foi criado um documento que demonstra aos países em todo o mundo a respeitarem as posições básicas das crianças, batizado como Declaração Universal dos Direitos das Crianças, foi aprovado por unanimidade, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, no dia 20 de novembro daquele ano. A execução desses preceitos são fiscalizados pela UNICEF, que é um organismo unicelular da ONU, originado com a finalidade de integrar as crianças na sociedade e cuidar pelo seu convívio e interação social, cultural e até financeiro de acordo o caso, atribuindo-lhes condições de para viver até a sua adolescência. No que concerne a educação o referido documento aponta:

Princípio 7º

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário.

Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.

Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais.

A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito. (ONU, 1959)

Em um país, no qual predomina o conservadorismo, as questões de afetividade e sexualidade são extremamente “confusas”. Já dizia Freud, que a criança tem sexualidade diferenciada do adulto, durante suas experiências infantis, como amamentação, necessidades



fisiológicas de “ir ao banheiro”, até passando por etapas de puro desenvolvimento afetivo e sexual (no sentido adotado pelo pensamento *freudiano*). (FREUD, 2002)

Porém, nas escolas, o prazer é negligenciado, fala-se apenas da reprodução do ponto de vista psicológico. E nos sistemas televisivos não destoa muito, mostrando as figuras em relação à gênero e orientação sexual de forma errônea como será discutido adiante, com base no sentido adotado pelos articulistas.

3. COMPREENSÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA

Damos início a debate acerca da(s) infância(s) de atualmente, explanando bocados da fala de Coutinho (2010), porque a autora faz uso do termo “fabricação de sentidos” para construir uma acepção bem arranjada de entendimento que abarca as possibilidades de diálogo e reflexão em relação às fases infanto-juvenil e dos modos de ver a infância. Ademais, de acordo com o dicionário Aurélio (2010), a palavra fabricar significa construir, edificar, cultivar e preparar, acepções que colocam estreita relação com as muitas maneiras de entender a criança e a infância ao na extensão da história humana.

As maneiras de dar significado e ressignificar a criança e o jovem ao longo da história humana proporcionaram diversas transformações que são entrelaçadas pelo tempo, pelas produções culturais e contexto de cada sociedade. Assim, a infância com pouca frequência existiu como a conhecemos hodiernamente e essa edificação foi constituída por idas, vindas, rupturas e inquietações. O entendimento de criança e infância [...] é uma noção historicamente construída e, conseqüentemente, vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma época (BRASIL, 1998, p.21). As modificações de cunho social, econômico e político legitimam para o que Coutinho (2009) apregoa como fabricação da infância.

A fabricação da infância insere-se nas tramas que os sujeitos criam e que nelas mutuamente se envolvem, ou seja, ela está associada a um amplo conjunto de alterações dos modos como os sujeitos, ao longo dos tempos, percebem e organizam seus corpos e sua existência. (COUTINHO, 2009, p. 31)

Durante muito tempo os modos de entender a infância derivaram das edificações que se faziam em relação da criança, todas essas entendimentos coexistiram em contextos históricos, sociais e culturais diversos. Alguns fatos, datados da sociedade medieval, assinalam que a criança não era dono de um papel social específico, era cotejada ao adulto e desempenhava atividades produtivas, especificidades como conhecimento e afetividade praticamente não eram avaliados. Conforme conta Ariès (apud CAMBI, 1999):

As crianças, na Idade Média, têm um papel social mínimo, sendo, muitas vezes consideradas no mesmo nível que os animais (sobretudo pela altíssima mortalidade infantil, que implica um forte investimento afetivo desde o nascimento), mas não na sua especificidade psicológica e física, a tal ponto que são geralmente representadas como —pequenos homens, tanto na vestimenta quanto na participação na vida social. Até os seus brinquedos são os mesmos dos adultos e só com a Época moderna é que se irá delineando uma separação. (p.176).

O pensamento de infância como uma fase especial de nossas vidas, não é um anseio natural ou inerente à condição humana, foi arquitetada ao longo de muitos anos. Conforme explica Áries (1986), essa concepção e olhar distinguido sobre a criança se aperfeiçoou no final da Idade Média, pois até aquele instante, atingir a criança e suas características era algo faltante na sociedade daquele tempo. Logo, naquele período as relações sociais e a vida coletiva eram tão evidentes que se compunham, se confundiam ao ambiente familiar, não existindo diferenciação entre crianças e adultos. Como nos demonstra Áries (1986, p.228-229):

As pessoas não conservavam as próprias crianças em casa: enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que com elas morassem e comesçassem suas vidas, ou, nesse novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavaleiro ou um ofício, ou mesmo para que frequentassem uma escola e aprendessem as letras latinas. Essa aprendizagem era um hábito difundido em todas as condições sociais.

Em suas análises, esse historiador francês assegura que a criança antecedente ao período da Idade Média não era instruída com precisões diferentes das do adulto e demonstra, por meio de seus estudos de imagens da infância burguesa, como se embelezavam as alterações da preferência moderno de infância e de família. Ademais, é conexo ressaltar que seus estudos ofereceram aspectos da infância burguesa da Europa Ocidental em meio aos séculos XV e XVIII.

Em relação das diferenciações entre crianças e adultos, Kulmann Jr. (1998) diz que é possível afastar, a partir das imagens de períodos da Idade Média uma carência de diferenciação entre as crianças e os adultos, sobretudo por meio de seus vestuários semelhantes e que também é possível descobrir marcas de atenção especial, de apego e cuidado com os pequenos.

Inicialmente, desse entrosamento de infância como uma construção social, Narodowski (2000) afiança que a infância é um acontecimento histórico e não meramente natural e as peculiaridades dessa fase da vida no Ocidente moderno se apresentam a partir da heteronomia, da dependência e da submissão ao adulto em troca de amparo.

Logo depois, para que esse aspecto histórico de infância fosse erguido socialmente aconteceram inúmeras transformações nessa sociedade industrial que balizaram o espaço e distinguiram a criança do adulto, como a família que abandonava de ser pública e se aparelhava de modo privado (ARIES, 1986). Com isso, as transformações que marcam essas distinções na revolução industrial, foi o nascimento da classe burguesa, a gênese da família nuclear, as



ISSN: 2358-2105



enxergadas da ciência e a introdução da escola moderna demarcam práticas exclusivas em relação às crianças (MOMO,2007).

Em relação a disso, Zabalza (apud FRANCO, 2006) delibera a ideia da criança como sujeito de direitos, isto é, a criança tem direito de ser educada em condições que beneficiem o pleno desenvolvimento pessoal e bem como a ideia de criança hábil, pois já traz arranjos de vivências e capacidades que capacitam construir e organizar novos recursos, em especial a compreensão ampla da educação infantil através dos meios de comunicação e suas produções.

4. A TELEVISÃO E A EDUCAÇÃO

A criança é receptiva das mensagens conduzidas no sistema televisivo - TV, ela as recria conforme suas experiências, um procedimento de troca de conhecimentos. Ela agrupa o que vê e ouve de maneira criativa, extrai o que possui algum sentido e/ou significado para ela, naquele momento.

É inquietante observar que muitos pais não têm senso crítico a respeito do tempo que as crianças devam ficar assistindo programas de televisão, não entendem que a criança “fica paralisada” diante deste recurso, como em jogos eletrônicos, e absorve desta relação muitos conteúdos, muitos deles que os pais não conhecem, além de atrapalhar a possibilidade de inclusão com a vida real, beneficiar o desenvolvimento psicomotor, de aprendizagens, entre outros.

Observa-se que muitos dos pais não dialogam com as crianças sobre o que elas praticam nos espaços e horários alternativos, nem se dispõem diante de suas perguntas, em seguida seus filhos deixam de perguntar e apenas absorvem o que vêem na televisão. Assim, ela representa uma forma de entretenimento e, na falta de meios mais atrativos para a criança, esse meios de comunicação, se levados ao excesso de uso, podem se tornar um hábito ou vício.

Em especial, os desenhos animados, mostram na sua maioria os sentido das coisas, seres, ações de uma forma estereotipada, caricaturada, ainda mais quando se trata de desenhos humorísticos ou os chamados *cartoons*. Também como fonte de diversão, os desenhos animados podem conceber valiosos instrumentos para ajudar a aprendizagem e o enriquecimento pessoal e profissional (BOSELLI, 2002). Assim, abrem os olhos e ativam os sentidos, movimentando com as emoções de maneira eloquente, duradoura e por vezes, inesperadamente, bem como a vida, que em permanente em mudança, mostra, a cada momento, novas lições.

Retirar as concepções sobre os conteúdos da televisão e a maneira como são observados consiste em um desafio. É bem provável que as próprias emissoras de TV não admitam em se expor, assim como um mágico não revela suas artimanhas. Se ensinarmos nossos filhos, e nos educarmos, para assistir televisão, ela pode não ser tão danosa a eles ou ainda, pelo contrário, pode ser abundantemente útil. No entanto, tais programas não podem ser tudo e nem deve estar de modo onipresente. Pois essa não tem o poder corrigir as deficiências da educação ou completar a falta da família, sobretudo porque todos os processos pedagógicos acontecem numa relação interpessoal.



As emissoras do sistema de telecomunicações por si próprias, não são “más”, nem tão pouco “boas”. Se constituirão boas ou más conforme com as finalidades que forem reunidas em seu emprego pelas criança e adolescentes ou pelos pais. Dessa forma, o encargo pelo acompanhamento e desenvolvimento da criança não é de competência delas, mas sim dos pais ou responsáveis.

Ademais, se as crianças forem educadas em consonância ao ideal de atribuir as suas vidas uma importância tamanha, crescerão em uma boa auto-imagem e auto-estima, ajudando também o desenvolvimento da própria confiança e a capacidade de confiar, descobrir, tentar, explorar, sem se deixar diminuir pelos insucessos.

Para Piaget (1977) a criança não vem a vida com um conjunto de informações sociais que lhe comporte viver em sociedade, eles, serão criados e desenvolvidos por interações expressivas com diferentes sujeitos, grupos e instituições.

5. AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS NO DESENHO ANIMADO E EM TODA PRODUÇÃO MUDIÁTICA

Na contemporaneidade, podemos falar que as produções midiáticas, sejam criações no cinema, programas de televisão, rádio, documentários, reportagens especiais, jornais e revistas, trazem de certa maneira para um tanto “contracultural” quando o tema é sexualidade; entretanto, em sua maior parte, esses meios estão submersos por um conservadorismo muito disfarçado.

Nomeadamente na programação televisiva, que é perfilhada como uma influente mídia de massa, a sexualidade é acometida com a clara finalidade de alcançar audiência, que é a profundidade comercial daquela. A sexualidade está presentes em diversos âmbitos, como nos desenhos, nos roteiros das novelas e seriados, dentre outros.

Se se refletir a educação e a comunicação como áreas delicadas, se poderá aferir que as mesmas incorporam os componentes culturais de configurações diferentes, contudo é possível apresentar intersecções entre os campos – um desses assuntos de encontro entre educação e comunicação é o desenho animado, que de início, por se tratar de uma invenção desenvolvida para crianças, é tomado pelo educador como conexo ao universo infantil e pouco estimulante às pesquisas e apreciações mais atentas.

Este fator se necessita especialmente a um problema do educador (redes de ensino - instituições/escolas públicas ou privadas) em encarar esses objetos televisivos (próprios da cultura daquele povo), como se cultura e escola tivessem a possibilidade de serem divididas.

Parece que a escola está em constante desatualização, que é sublinhada pela separação entre a cultura e a educação. A cultura localizada num saber-fazer e a escola num saber-usar, e nesse saber-usar restrito desqualifica-se o educador, que vai ser sempre um instrumentista desatualizado. Essa é uma das razões da separação entre educação e cultura. Outra, talvez a mais importante, é que, atualmente, há uma grande maioria de pessoas cuja inteligência foi e está sendo educada por imagens e sons, pela quantidade e qualidade de cinema e televisão a que assistem e não mais pelo texto escrito. (ALMEIDA, 2004, p.8).



ISSN: 2358-2105



Dessa natureza de produtos culturais, o cinema de animação é uma das mais atraentes e marca presença todos os dias na televisão brasileira desde a década de 60, momento em que os desenhos animados começaram a se tornarem populares no público em geral em todo o mundo.

A transmissão eletrônica de informações em imagem-som propõe uma maneira diferente de inteligibilidade, sabedoria e conhecimento, como se devêssemos acordar algo adormecido em nosso cérebro para entendermos o mundo atual, não só pelo conhecimento fonético-silábico das nossas línguas, mas pelas imagens-sons também. (ALMEIDA, 2004, p.16).

Finalmente, por meio de todos estes programas – produtos da cultura midiática, mas que aparentam a realidade em que vivemos –, estamos sendo levados a uma estabelecimento visual e estética do corpo humano. A televisão tomou o papel da antiga ágora romana. Agora, ela é o espaço público em que determinações políticas transcorrem antes de tudo um desembaraço estética. Assim, a televisão é o lugar das discussões, aforismo de padrões de comportamento, modismos e determina estilos de vida.

Nesse aspecto, no momento em que o assunto é sexualidade, a televisão age em dois âmbitos que se completam: a esfera imagética – que impõe um padrão visual e estético do corpo, que o transforma em objeto, que o fetichiza – e a esfera textual – do texto roteirizado e falado, simulando o diálogo, que dita como se deve utilizar o corpo, como um manual de instruções.

As informações do masculino e feminino de acordo com Rodrigues, Amaral, Giuzio e Maia (2011) consecutivamente foram proporcionadas socialmente como alguma coisa binária e determinista. Ademais, há na educação sexual, em geral geral, a preponderância de uma visão heteronormativa, em que a única probabilidade de relacionamento amoroso e sexual legítima permaneceria apenas as que ocorre entre homens e mulheres. De acordo Figueiró (2007), desde do momento em que nascemos, somos ensinados que existe o homem (tendo um pênis) e a mulher (tendo uma vulva) e bem como que eles sentem atração sexual um pelo outro, copulam e têm filhos, constituindo-se esta a única maneira de duas pessoas se relacionarem.

Esta ideia, como algo predominador, se faz presente até os dias de hoje na sociedade e, eternizado ao longo de gerações o modo como se oferece a demanda do desejo sexual. No entanto, ao mesmo tempo, agora é grande a consideração do direito à diversidade sexual, porque vivem em todo mundo uma multiplicidade de caracteres de expressão do desejo sexual.

No caso do direcionamento do desejo ao objeto erótico, temos concebido, para fins de identidade, que a orientação sexual de uma pessoa, seja entre sexos opostos, mesmo sexo ou ambos, seja nomeada como heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade, respectivamente.(SILVA, 2013, p. 11)



De acordo com Couto (1999), por significado, o homossexual é o indivíduo que, sabendo fazer parte de a um sexo, seja masculino ou feminino, busca outra pessoa do mesmo sexo com finalidade erótica. Entretanto, o homossexual não tem o anseio de mudar de sexo, nem o discrimina, somente tem prazer em usar a sua genitália.

Ademais, Mott (2003) faz uma afirmação muito admirável ao afirmar que o aspecto externa não justifica, fundamentalmente, as fantasias e práticas sexuais, porque existem efeminados que não são gays. O autor, ao delinear os tipos de homossexuais, faz uma advertência muito importante:

[...] a aparência externa não traduz necessariamente as fantasias e práticas sexuais individuais, pois há efeminados que não são gays, e machões que na cama viram “fobonecas”. Há muitos estilos de vida, várias formas de viver suas preferências sexuais. Todos têm direito de viver como querem, desde que respeitem a liberdade alheia. Temos que aprender a conviver com a diversidade, aceitar o pluralismo, respeitar o diferente. Cada qual se assume quando e o quanto quiser. Em questão de sexualidade não há receita única, nada é completamente certo ou errado. O único limite à nossa liberdade sexual é a liberdade alheia. Cada qual na sua e todo mundo numa boa (MOTT, 2003, p.15-16).

Explicita-se que, porém, é que a constituição dos corpos através dos meios de comunicação e em especial pela televisão se chocam num estranhamento que na maior parte das vezes não é percebido, nem entra em ponderação. Assim, a idéia televisiva diz, impõe e educa para a procura de um corpo ideal, logo, com sua sexualidade plena, perfeita e “natural”. Ao passo que, os roteiros dos programas admitem o corpo ideal através de um falação de que todos devem ter uma sexualidade ideal, uniformizada, mecanizada e reta em conformidade com a biologia e heteronormativo.

Ademais, as produções são conservadores no aspecto de construir e darem evasão a uma sexualidade e um corpo justamente condizentes com o discurso visual e estético da mídia. E acoplado, essas prédicas, de imagens e roteiros, são estabelecidos os corpos, de forma a simular uma inatingível realidade para a maior parte da população, que é desejada de ser conseguida por quem tem televisão como principal forma de lazer, entretenimento, informação ou companhia.

Nesse sentido, a diversidade sexual que apresentasse nas pessoa notável do desenho animado e em toda produção midiática finaliza por comunicar valores, valores estes que são aceitos apenas como entretenimento, submergindo todo caráter pedagógico, além da ensejo de questionar/discutir os valores colocados nas produções conferidos também podemos ver nos estudos de Bruzzo (1996); Giroux (2001); Almeida (2004); Silva e Paraíso (2012).

Entretanto, percebemos que as informações apresentadas podem sim oferecer elementos para uma problematização da sexualidade e da diversidade sexual, uma vez que conforme nos apresentou Junqueira (2009, p. 30) “[...], as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS



ISSN: 2358-2105



Concluiu-se que os espaços dedicados às crianças e adolescentes no decorrer da história vieram crescendo, até se torna sujeito de direitos, principalmente com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e demais legislações protecionistas brasileiras.

E, no que se refere ao direito à educação através de meios de comunicação, que eles deveriam atender ao anseio de conhecer as diversas realidades, quebrando uma visão conservadora heteronormativa, que cancela toda representatividade e democracia nacional.

O debate proporcionado por esse artigo ao problematizar o entretenimento voltado as fases infanto-juvenil verificou o esforço de estereótipos através de meios de comunicação, inadmissível na concepção atual de direito à educação na percepção adotada por esse trabalho. O Estado Democrático de Direito e fundado na dignidade da pessoa humana, que independe de idade, de etnia, de orientação sexual, de religião, pois o respeito à principiologia, mesmo em um contexto interdisciplinar faz-se necessário indubitavelmente, não importando o meio de transmissão das informações.

6. REFERÊNCIAS

ÀRIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e sons, a nova cultura oral**. São Paulo: Cortes. 2004

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998, v. 1, 2 e 3.

BOSELLI, Silvana M. Carvalho. **Desenho Animado Infantil: Um caminho da Educação a Distância**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

COUTINHO, Karyne Dias. **Pesquisa em Educação**. 2 ed – Curitiba: IESDE Brasil S. A. , 2009. 124 p.



Francisco das Chagas Bezerra Neto, Clarice Ribeiro Alves Caiana, Marcos Vicente Marçal
e Cícera Gomes Bezerra

COUTINHO, Karyne Dias. **Lugares de criança: shopping centers e o disciplinamento dos corpos infantis**. São Luis/MA: EDUFMA, 2010, 158p.

COUTO, Edvaldo Souza. **Transexualidade—O corpo em mutação**, Salvador. **Editora GGB**, 1999.

DA SILVA, Ricardo Desidério; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade em produções midiáticas: análise da construção visual, estética e textual do corpo no seriado “Os Simpsons”**. **III Simpósio Internacional de Educação Sexual**, p. 1-16, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Homossexualidade e educação sexual: construindo o respeito à diversidade**. **Londrina: UEL**, 2007.

FRANCO, Márcia Elizabete Wilke. **Compreendendo a infância. A cumplicidade da escola com o conceito de infância**. In: **Compreendendo a infância como condição de criança**. -2. Ed.- Porto Alegre: editora Mediação, 2006. (Cadernos da Educação Infantil, v. 11).

FREUD, Sigmund. **A sexualidade infantil**. Freud S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro (RJ): Imago, p. 117-212, 2002.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (SÃO PAULO); BRUZZO, Cristina; FALCÃO, Antonio Rebouças. **Coletânea lições com cinema: animação**. FDE, 1996.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. In: **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. 2009. p. 455-455.



KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e Educação infantil: uma abordagem histórica.** – 3. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2004. Primeira edição: 1998.

MOMO, Mariangela. **Mídia e consumo na produção de uma infância pós-moderna que vai à escola.** 366 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2007.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Homossexualidade: mitos e verdades.** Salvador: GGB, 2003.

NARADOWSKI, Mariano. **Adeus a infância (e a escola que a educava).** In: SILVA, Luís Heronda (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIAGET, Jean William Fritz. **Desenvolvimento e aprendizagem.** In: **Studying teaching.** Prentice Hall, 1977.

RAYO, José Tuvilla. **Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global.** Penso Editora, 2015.

RODRIGUES, Silvana Terume et al. O despreparo de professores diante da educação sexual e diversidade sexual na escola. **Psicopedagogia On Line**, 2011.

